

SFH: saldos cobertos por FCVS poderão ser taxados

BRASÍLIA — O presidente do Banco Central (BC), Gustavo Loyola, antecipou que os dois principais problemas a serem resolvidos na reforma do sistema financeiro da habitação são: o baixo índice de retorno dos financiamentos e uma massa de recursos aplicada no mercado financeiro que não é usada na construção de imóveis. No programa de curto prazo, divulgado ontem, o Governo insiste na proposta de cobrar Imposto de Renda dos saldos dos financiamen-

tos que são cobertos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

A cobrança recairia sobre mutuários que, segundo o Governo, não precisam de subsídios. Para cobrar o imposto, será necessário a aprovação de projeto de lei pelo Congresso. Segundo Gustavo, antes de tudo, é preciso encontrar novas fontes de financiamento, como o fundo imobiliário, por exemplo, pois a caderneta de poupança, principalmente, já atingiu o máximo de suas possibilidades. Projeto que cria os

fundos imobiliários já está em tramitação no Congresso. Os fundos seriam uma nova forma de captação de recursos para o setor imobiliário. O investidor aplicaria em cotas desses fundos, que seriam lastreadas em empreendimentos imobiliários.

— As cadernetas atingiram um terço do total dos ativos financeiros e jamais chegarão a dois terços porque encontraram seu nicho. É preciso basear o novo sistema em outras alternativas — disse Gustavo.